

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Paralisação conjunta
dos três segmentos
contra a Reitoria

*

Alunos só freme
sindicância
após manifestação

"REFORMAS ESTRUTURAIS"

Sem apresentar projeto, Reitoria demite mais 32 funcionários

Sob a alegação de que está desenvolvendo uma reformulação estrutural na universidade, a Reitoria demitiu na semana passada mais 32 funcionários administrativos. Foram 21 em São Paulo e 11 em Sorocaba, sendo que dois deles fizeram acordo com a direção da universidade. Desde o início da atual gestão, já são 68 os funcionários demitidos.

A AFAPUC, ao receber a notícia das demissões, na terça-feira, 6/9, questionou a reitora Maura Vêras sobre a existência de um projeto que orientasse as dispensas, que até hoje não foi apresentado. A direção da entidade conseguiu a promessa de que não acontecerão novas demissões antes que a Reitoria, numa reunião aberta, explicitasse seu projeto de reformulação.

A assembleia, que ocorreu no mesmo dia do anúncio das demissões, aconteceu num clima de revolta. A maioria dos funcionários lembrou as promessas de campanha da reitora, que, na época, dizia-se contrária à adoção de medidas que implicassem a dispensa injustificada de funcionários, ou a adoção dos chamados "ajustes clássicos" para sair da crise. No entanto, ao assumir a direção da universidade, a professora Maura Vêras adotou exatamente as medidas que questionava antes de ser eleita.

Foram relatados casos de funcionários



FOTOS DE EBANO PIACENTINI

Acima, os funcionários reúnem-se em frente à Reitoria à espera da professora Maura, que pela primeira vez desceu para receber a categoria



que tiveram de ser socorridos no ambulatório da universidade, em virtude da situação de nervosismo que se apossou da comunidade. Uma parte dos dispensados é composta de pessoas idosas, próximas à aposentadoria ou já aposentadas que, contrariando mais uma vez as promessas da reitora, foram dispensadas, sem que se levasse em conta seus anos de dedicação à universidade.

Ao término da reunião, os funcionários deliberaram a realização de uma nova assembleia, que acontece nesta segun-

da-feira, 12/9, às 14h, na sala 239, com indicativo de greve.

Depois da assembleia da semana passada, os funcionários dirigiram-se à Reitoria, onde cobraram da professora Maura a suspensão das demissões, maior diálogo com a associação e a apresentação do plano de reformulação estrutural.

A reitora disse que iria pensar sobre as reivindicações antes de dar uma resposta aos trabalhadores—resposta esta que, até o fechamento desta edição, ainda não havia sido dada.

Assembleia dos Funcionários

✓ DEMISSÕES

12/9 - segunda-feira - sala 239 - 14h

Ensinamentos da crise

As várias correntes que disputam internamente a direção do PT têm em comum uma conclusão: a crise trouxe-lhes ensinamentos e exigência de mudanças. No "Campo Majoritário", a ala do ex-ministro Tarso Genro levantou a bandeira de "refundação" do partido. Perdeu para o grupo de José Dirceu, que no máximo admite erros nas alianças. A corrente mais à esquerda, "O Trabalho" – ultra-minoritária – considera que o PT sofreu um desvio de percurso e que deve retomar o manifesto de sua fundação.

As várias candidaturas de oposição ao Campo Majoritário, cada uma munida de explicação sobre a corrupção, trabalham por dar uma nova fisionomia ao PT, considerando que a crise não só libera forças destrutivas, mas também construtivas (possibilidade de mudança de sua direção). Quanta ilusão! Na realidade, o principal ensinamento é que o PT encerrou seu ciclo histórico, como partido que se propunha reformar o capitalismo e favorecer a maioria explorada. O petismo continuará politicamente ativo, mas já não terá como se diferenciar, aos olhos da população trabalhadora, em nenhum aspecto, dos demais partidos da burguesia.

Mas não só o PT fala em lições da crise. Os seus opositores no parlamento – PSDB/PFL/PDT/PPS – dizem que a grande vantagem dos acontecimentos vem da democracia e da estabilidade institucional. Acrescentam que a apuração da corrupção "sistêmica" do PT trará novas posturas entre os partidos e nas esferas administrativas. Essas conclusões não passam de máscara para turvar a forma de existência da democracia burguesa. Os partidos que a compõem expressam os mais variados interesses de grupos econômicos e seu parasitismo. Todos dependem do milionário financiamento de campanha pelo capital e sobrevivem da máquina estatal.

Os partidos pertencem a uma determinada classe e refletem interesses particulares desta ou daquela fração. Trata-se de partidos da classe capitalista, por isso dependem do seu dinheiro. O tráfico político e toda sorte de corrupção são conseqüência. A lição que se deve tirar é que a dinheirama manejada pelo PT é parte da democracia burguesa e da disputa dos partidos pelo comando do Estado.

A denúncia do dia vem contra o presidente da Câmara, Severino Cavalcante. Impressionante, o homem subornou um dono de restaurante. Quem colocou Severino no posto de comando da Câmara? Justamente aqueles que querem sua cassação. Com a maior desfaçatez, deixam de lado suas responsabilidades. E o governo, que sofreu a derrota para Severino/PSDB/PFL, o que fez? Cooptou o homem. Todos conheciam o fisiologismo e o nepotismo do deputado malufista. Esse exemplo representa bem a democracia e as instituições políticas da burguesia.

Da crise, cada qual tira seu proveito. Trata-se, no entanto, de conclusões que não escapam da mesma matriz: a da política burguesa. Evidentemente, todos abstraem o conteúdo de classe da falência do PT, inclusive a esquerda petista mais radical.

As direções do movimento sindical e estudantil que apóiam o governo seguem esse jogo e mostram ausência de independência política e material frente ao Estado. As massas oprimidas também, pela experiência e a seu modo coletivo, tiram suas lições, mesmo que vagarosamente e instintivamente. Vêm com cautela e desconfiança o movimento da oposição no sentido do impeachment de Lula e o movimento da CUT/UNE/Sindicatos/MST de apoio ao governo enlameado e comprometido com o grande capital.

Aqui, chegamos a uma inestimável lição de classe: é preciso conquistar independência político-organizativa da CUT/UNE/Sindicatos/MST. Defender um Tribunal Popular e as reivindicações da população trabalhadora.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

Grevistas pressionam deputados contra Alckmin

A mobilização pela derrubada do veto do Governador ao orçamento destinado à educação continua nas universidades estaduais durante a semana. Na USP, nesta segunda, 12/9, às 11h, ocorre assembléia geral da Adusp (Associação de Docentes da USP), para discutir os rumos da greve e planejar as próximas ações. Na terça, 13/9, ocorre nova manifestação seguida de vigília na Alesp (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo). Para a quarta-feira está marcado um ato no Masp, seguido de passeata até a Alesp.

O objetivo, agora que o prazo de trinta dias para apreciação do veto pela assembléia se esgotou, é pressionar os deputados para que o tema, que

foi incluído na pauta na 191ª posição, seja puxado para votação imediatamente.

As universidades estaduais estão em greve há quinze dias. Em 30/8, cerca de 1.500 manifestantes foram à Alesp para pressionar os deputados a derrubar o veto de Geraldo Alckmin, mas, apesar disso, a votação não entrou na pauta. Para reverter o veto, são precisos 48 votos de um total de 94 deputados.

O veto refere-se ao aumento dos recursos destinados à educação pública de 30% para 31%, incluindo um reajuste no percentual repassado à USP, Unesp e Unicamp, de 9,57% para 10%. A alteração havia sido aprovada pelos deputados, mas recusada por Alckmin.

Grito dos Excluídos reúne 2 mil na Praça da Sé

No dia da independência do país, 7/9, cerca de 2 mil pessoas concentraram-se na Praça da Sé, e marcharam até o Monumento do Ipiranga, na zona sul, para protestar contra as desigualdades sociais, a política econômica do governo e a corrupção. O slogan do Grito foi "Brasil, em nossas mãos a mudança", e a palavra de ordem que conduziu o ato foi "Brasil sem exclusão, injustiça e mensalão".

O 11.º Grito dos Excluídos

começou com uma romaria a pé, em 5/9, de cerca de 200 trabalhadores desempregados, que partiram de Perus e percorreram várias comunidades até chegarem ao centro, no dia seguinte, onde fizeram uma vigília nas escadarias da Catedral da Sé. O Grito nasceu como um movimento do povo que vai às ruas, protesta e luta por direitos, pois acredita "que tem mas suas mãos a possibilidade de transformação".

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Placentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo-SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Carta aos estudantes, professores e funcionários da PUC-SP

No final de 2004, a atual Reitoria se elegeu defendendo uma plataforma de diálogo com a comunidade, e afirmando que, em sua gestão, respeitaria os diálogos com os trabalhadores, e que não tomaria nenhuma deliberação que implicasse demissões ou ferisse a democracia e a autonomia conquistadas pela PUC-SP ao longo dos anos.

Mas, logo no início de sua gestão, vivenciamos na prática o que esta Reitoria está disposta a fazer. Sob o argumento de que a crise da universidade é estrutural, a Reitoria assumiu medidas de corte e saneamento, que acarretaram demissões, corte de bolsas de estudo, não-pagamento de recomposição salarial aos trabalhadores e cerceamento da livre manifestação dos estudantes.

As demissões de doze funcionários, no primeiro semestre, vieram com a alegação de dossiês que nunca foram apresentados, e não foi permitido o direito de defesa aos atingidos.

A repressão sobre os estudantes dos cursinhos populares, que reivindicavam bolsa de estudos, durante as férias, ocorreu sob forte esquema de “segurança”.

Some-se a isso a abertura do novo câmpus em Santana, sem apresentar-se o planejamento de sua viabilidade econômica.

Sob a alegação de crise falimentar, da qual desconhecemos os dados da contabilidade que a geraram e a comprovaram, a Reitoria passou a negociar e a fechar acordos de empréstimos de cerca de 82 milhões de reais com os bancos, com o aval da Igreja, sem apresentar as bases do projeto e as “garantias” que viabilizaram esse pagamento.

Logo no início deste 2.º semestre, deparamo-nos com a continuidade de medidas que indicam o “projeto de reestruturação para a saída da PUC”.

A Reitoria nomeia um preposto da Igreja, indicado pelo cardeal D. Cláudio Hummes, que será o supervisor da dívida, ferindo a autonomia de gestão administrativa da universidade em relação à Fundação São Paulo e abrindo uma brecha para a intervenção.

No caso da invasão pela polícia para prender um

estudante, suposto traficante, foi proposta a instituição de carteirinhas de identificação, para fiscalizar a presença dos estudantes no câmpus. A medida poderá impedir que os inadimplentes e outros setores da sociedade frequentem a universidade. A carteirinha é uma “primeira catraca”.

No último dia 23 de agosto, foi aberto um processo interno de sindicância contra quatro estudantes da PUC, devido à manifestação estudantil na Praça de Alimentação, ocorrida no dia 10 de agosto.

A manifestação pacífica reivindicava a redução dos elevados preços do bandeirão, a bolsa-alimentação, que foi cortada para os estudantes carentes, e repudiava a exclusão dos estudantes da discussão no processo de concessão para o uso do restaurante, ocorrida no começo do ano.

A sindicância teve como documento base o relatório assinado pela segurança comunitária, e mostra o objetivo político de perseguir e criminalizar as manifestações por demandas legítimas.

A segurança comunitária da PUC tornou-se polícia repressiva, e com poder de produzir relatórios que sirvam como prova para a instauração de perseguições políticas ao movimento estudantil, prática que nos remete ao DOPS e à ditadura militar.

No projeto da atual Reitoria de pacto com os bancos, respaldado pela Igreja, mais 32 funcionários da PUC foram demitidos nesta última terça-feira, 6/9, perfazendo um total de 68 funcionários desde que a atual gestão assumiu. A famigerada “reestruturação” da universidade proposta pela Reitoria visa a excluir funcionários, estudantes e professores das decisões, passando por cima dos direitos historicamente adquiridos, da autonomia administrativa e universitária da PUC-SP. Neste processo, a Reitoria já anunciou que medidas que envolvam o contrato e o trabalho dos professores nesta universidade só não acontecem neste momento porque há a estabilidade no

continua na página ao lado

acordo interno da APROPUC. Porém, não tenhamos dúvida de que, em janeiro de 2006, também haverá cortes e demissões de professores.

Não aceitaremos que a atual Reitoria coloque abaixo todas as conquistas das entidades de professores, funcionários e estudantes da PUC-SP nos últimos anos.

Exigimos que as punições dos estudantes e as demissões dos funcionários sejam revertidas imediatamente, assim como não aceitamos a implantação de carteirinhas no câmpus da PUC-SP.

Não toleraremos que a segurança comunitária na PUC-SP torne-se polícia repressiva com poder de produzir relatórios que sirvam de prova para punições e perseguições políticas.

Conclamamos a unidade dos três segmentos da universidade contra decisões autoritárias da Reitoria, que em nove meses de gestão iniciou um processo retrógrado nesta universidade.

Exigimos uma ampla e irrestrita discussão democrática sobre os caminhos que esta universidade deverá traçar para a superação da sua crise.

- ✓ **PELA RETIRADA IMEDIATA DAS DEMISSÕES**
- ✓ **PELA RETIRADA IMEDIATA DO PROCESSO INTERNO DE SINDICÂNCIA AOS QUATRO ESTUDANTES**
- ✓ **CONTRA A IMPLANTAÇÃO DE CARTEIRINHAS**
- ✓ **CONTRA A REESTRUTURAÇÃO GLOBAL DA UNIVERSIDADE QUE VEM SENDO IMPLANTADA PELA REITORIA**
- ✓ **POR UMA AMPLA E DEMOCRÁTICA DISCUSSÃO COM OS TRÊS SEGMENTOS QUE COMPÕEM ESTA UNIVERSIDADE: ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.**
- ✓ **QUEREMOS COLETIVAMENTE DECIDIR SOBRE OS RUMOS DESTA UNIVERSIDADE**

APROPUC, AFAPUC, Centros Acadêmicos – CARI - Psicologia - Ciências Sociais - Serviço Social - CAFIL - Clarice Lispector - Benevides Paixão - Leão XIII

**PARTICIPE DA PARALISAÇÃO GERAL DO DIA 20 DE SETEMBRO
TODOS AO ATO-DEBATE - MANHÃ/TARDE/NOITE**

PROFESSORES

Nova assembléia definirá situação do reajuste

Nesta quarta-feira, 14/9, às 18h, na sala 117 do Prédio Novo, os professores decidirão sobre o seu reajuste salarial de 2005. Apesar de já estar em vigor o acordo entre o Sindicato dos Professores e a associação das mantenedoras, estabelecendo reajuste de 7,66% a partir de maio deste ano, a PUC recusa-se a cumprir a deliberação, e contrapõe pagamento do reajuste somente a partir de janeiro de 2006.

Na última assembléia, não foi tomada nenhuma decisão, em virtude do baixo comparecimento de professores. Porém, na quarta-feira deverá ser aprovada uma proposta conclusiva para a saída do impasse.

Dessa maneira, é fundamental o comparecimento dos professores à assembléia da APROPUC.

Assembléia dos professores

14/9 – quarta-feira

das 18h às 19h15 – sala 117

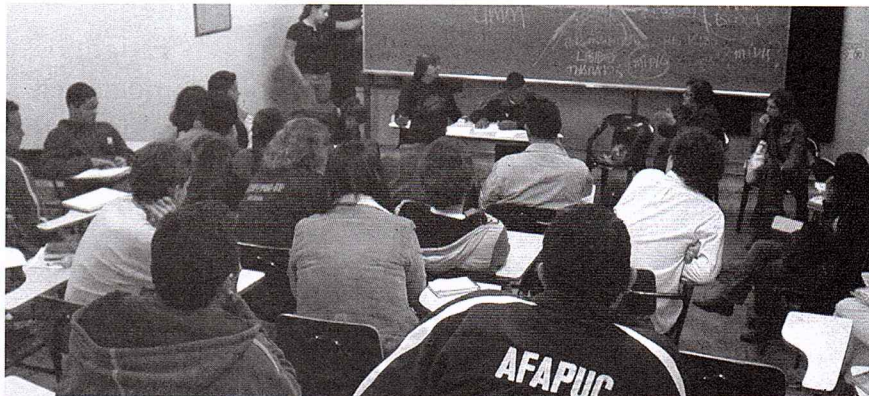
✓ **Não-cumprimento do
dissídio pela Reitoria**

Contra demissões e sindicância, entidades marcam paralisação

Em reunião realizada na quinta-feira, 8/9, para analisar a situação da universidade, a APROPUC, AFA-PUC e centros acadêmicos decidiram marcar um ato para terça-feira, 20/9, com a paralisação dos três setores da universidade. A mobilização é um protesto frente às demissões de funcionários, a sindicância instaurada pela Reitoria contra quatro estudantes (leia matéria abaixo) e as medidas de reestruturação que vêm sendo tomadas pela direção da universidade.

Decidiu-se também o agendamento de uma reunião com a Reitoria, tendo como data indicativa esta quarta-feira, 14/9, aberta à comunidade, para reivindicar a suspensão das demissões e do processo sindicante contra os estudantes e colocar a posição das entidades frente à situação atual.

Foi aprovada também a redação de um documento (veja íntegra nesta edição) expondo à comunidade as posições tomadas pelas entidades.



Representantes de estudantes, funcionários e professores discutem as medidas da Reitoria

LEANDRO DIVERA

Direção da universidade justifica demissões

Em nota divulgada na quinta-feira, 8/9, a direção da universidade explica o porquê das demissões de terça-feira. Segundo a nota, “as demissões foram tomadas em colaboração com os gestores. Essas demissões estão baseadas em uma série de justificativas, algumas de caráter específico, outras de cunho geral”.

Em Sorocaba, as demissões foram justificadas em decorrência de “uma reestruturação global, com o objetivo de

reverter a crise crônica, que se aproximava perigosamente do colapso da unidade”. Já em São Paulo, as demissões ocorreram em unidades consideradas nevrálgicas. A nota finaliza dizendo que as demissões não representam “cortes lineares no modelo da assim chamada ‘reestruturação clássica’, que tem por objetivos principais a redução drástica da folha de pagamento e a modificação radical das rotinas”.

MANIFESTAÇÃO NO RESTAURANTE

Reitoria abre sindicância contra quatro estudantes

Quatro alunos da universidade estão respondendo a um processo de sindicância aberto pela Reitoria sobre uma manifestação na Praça de Alimentação ocorrida na noite de 10/8. Eles são acusados de liderar o ato.

Naquela noite, um grupo de estudantes protestou, dentro da Praça de Alimentação, contra o preço da comida, reivindicando bolsa-alimentação para os alunos carentes. O relatório da segurança sobre o ocorrido, redigido pelo agente de área Hugo Naville Bernardes, afirma que os manifestantes usaram bandejas e talheres para fazer barulho, e que chegaram a se apropriar de alguns alimentos.

A percepção do agente Hugo Bernardes sobre quais foram os “articuladores” do ato foi tomada como base para que Hozanar da Cruz, Yuri Farias (Economia), Ivair Pereira e Tiago Guerra (História)

fossem investigados. Os quatro estudantes foram os únicos que tiveram seus nomes citados no relatório – que, algumas linhas depois, contabiliza “aproximadamente 60 pessoas” na manifestação.

Incoerência

O documento do agente de área afirma que, depois de protestarem, os estudantes “largaram no salão as bandejas e talheres”. Além disso, a Portaria assinada pela comissão sindicante lembra que “constitui infração disciplinar o dano ao bem patrimonial da universidade, assim como a retirada sem permissão de objeto existente nas suas dependências”. Mas os responsáveis pelo Restaurante Facultativo (bandejão e quilo) enviaram à Reitoria, no dia seguinte ao do ocorrido, uma carta atestando que os utensílios

foram devolvidos pelos manifestantes, e “nada foi quebrado”.

Ainda segundo o restaurante, cerca de 50 refeições deixaram de ser servidas por causa do ato, causando prejuízo aos proprietários. Para justificar a abertura do processo, a Reitoria é a comissão sindicante citam o artigo 179 do Regimento Geral, em incisos que se referem à danificação de bens da universidade (I), retirada de objetos do câmpus (III), perturbação dos trabalhos escolares ou administrativos (VI) e desrespeito a professores ou funcionários (IX).

Os quatro acusados foram ouvidos pela comissão na semana passada, e devem apresentar testemunhas de defesa nesta segunda-feira, 12/9. Pelo prazo estabelecido pelo Regimento, a comissão tem no máximo 45 dias para concluir seus trabalhos.

Rola na rampa

Reforma Universitária: entidades de todo o Brasil juntas

Dezenas de movimentos sociais e entidades ligadas à Educação em todo o Brasil vão reunir-se numa conferência nacional sobre o ensino superior em outubro. O encontro acontece em Brasília, e tem como principal assunto a Reforma Universitária. A intenção é definir uma plataforma comum de reivindicações sobre o anteprojeto. Uma das entidades envolvidas é a Contee, representante nacional dos professores do ensino superior pago, presidida pela professora da PUC-SP Madalena Peixoto. Num encontro realizado no início do mês, delegados de 80 instituições avaliaram avanços e retrocessos surgidos na terceira versão do texto da Reforma, elaborado pelo governo federal. A diminuição de exigências para as mantenedoras (como a Fundação São

Paulo, por exemplo, que mantém a PUC-SP) foi tida como ponto negativo. Outro item criticado foi o fim da exigência de eleições diretas para pró-reitores, substituída pela escolha paritária de um ouvidor. "Apesar disso, existem avanços, se considerarmos o que existe hoje", diz Madalena, citando a obrigatoriedade de haver planos de carreira, formação continuada de professores e técnicos administrativos, criação de órgãos colegiados e a maior presença do Estado na Educação. "Isso faz com que o sistema privado fique sob regras mais rígidas", completa a professora. Entidades como MST e CUT devem participar da conferência de outubro, junto com representantes de professores, estudantes e funcionários do ensino superior de todo o país.

AFAPUC invieta por três anos no society

A equipe AFAPUC 1 atravessou cerca de 20 partidas sem perder no torneio de futebol society promovido pelo Saaesp, sindicato dos trabalhadores do ensino de São Paulo. Neste ano, o time chegou às finais marcando 25 gols em cinco partidas, com quatro vitórias e um empate. Os craques disputaram o ouro com o time do Colé-

gio Dante Alighieri, no domingo, 11/9, depois do fechamento desta edição. A outra equipe que representa os funcionários da PUC no torneio (AFAPUC 2) não teve a mesma sorte: perdeu duas partidas na primeira fase, e ficou de fora da briga pelo título. No ano passado, ambos os times da AFAPUC disputaram juntos a final.

Estudantes farão eleições para conselhos

Os estudantes do Centro de Ciências Humanas (CCH) poderão escolher em outubro sua representação nos quatro conselhos superiores da universidade: Consun (Conselho Universitário, instância máxima de deliberação na universidade), Cepe (Ensino e Pesquisa), CAF (Administração e Finanças) e Cecom (Comunitário). O CCH agrega quatro faculdades: Comfil, Psicologia, Ciências Sociais e Serviço Social. Serão eleitos dois

representantes para cada conselho, sendo um titular e um suplente. As inscrições de chapas vão de 19 a 23/9, a campanha de 26 a 30/9, os debates em 3 e 4/10 e a votação em 6 e 7/10. Cada chapa terá candidatos aos quatro conselhos, com um programa comum. As datas e regras foram definidas conjuntamente pelos centros acadêmicos envolvidos, que vão designar representantes para compor a comissão eleitoral.



Ex-alunos apresentam peça no Tucarena

A companhia de pesquisa teatral *Teatro Cru*, formada há um ano por ex-alunos do curso de Artes do Corpo, está em cartaz no Tucarena com o espetáculo *À Margem A. Artaud*, sempre às sextas-feiras, às 21h. A peça é o resultado do Tra-

balho de Conclusão de Curso dos alunos, e trata de artistas e autores que sofreram incompreensões semelhantes às de Antonin Artaud, consagrado por inovar na pesquisa teatral. A direção do espetáculo é de José Rubens Siqueira.

Sipat encena *Escolinha do Professor Raimundo*

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat) deste ano terá eventos mensais até novembro, e estréia com uma novidade nesta quarta-feira, 14/9, às 14h30 e 16h, no Tucarena: será apresentada uma encenação da *Escolinha do*

Professor Raimundo, com o tema *Segurança no Trabalho*. Na mesma data um grupo de alunos de Artes do Corpo vai apresentar intervenções sobre as doenças sexualmente transmissíveis, completadas com uma palestra sobre o mesmo tema.